

ECONOMIA E ESCRAVIDÃO: BATISMOS DE CRIANÇAS ESCRAVAS E INGÊNUAS – UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE AS LOCALIDADES DE MARIANA (MINAS GERAIS) E GUARAPUAVA (PARANÁ) NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

Fernando Franco Netto*
Heloísa Maria Teixeira**

Resumo: A imposição do batizado ao recém-nascido tornou-se prática corrente no mundo católico a partir do século XVI, como resposta ao avanço das religiões protestantes na Europa. Em Portugal e suas colônias, esse registro assumiu grande importância, pois o regime do padroado ao transformar a hierarquia eclesiástica em burocracia do Estado facultava aos livros paroquiais o duplo *status* de registro religioso e civil. Remetendo-nos à escravidão, tal qual uma escritura pública, o batismo assegurava a propriedade do cativo ao proprietário.

Nosso texto pretende analisar os batismos de crianças filhas de escravos em duas localidades voltadas para a produção de subsistência durante o período 1850-1888: Mariana, pertencente à província de Minas Gerais e Guarapuava, pertencente a Província do Paraná.

O período focado refere-se a um momento de transição do sistema escravista para o sistema livre de trabalho. A cessação do tráfico internacional de escravos e a Lei de Terras (ambos de 1850), a liberdade concedida aos filhos de escravas (nascidos após a promulgação da lei de 1871) e aos escravos com mais de 60 anos (1885) e a Lei de Locação de Serviços (1879), foram acontecimentos de um processo de transição que ocorria de forma gradativa, cujo corolário seria a abolição da escravatura. De 1850 a 1871, os senhores tinham no tráfico interno e na reprodução natural a esperança de perpetuação do regime, mas, depois da Lei Rio Branco, a segunda possibilidade foi “teoricamente” eliminada pelo ventre livre das escravas e, a partir de 1888, com a Lei Áurea, qualquer trabalho escravo passa a ser ilegal.

Palavras-chave: Batismos de filhos de escravos; legitimidade, ingênuos

Abstract: The imposition of the christening of newborns has become standard practice in the Catholic world from the sixteenth century as a response to the advance of Protestant religions in Europe. In Portugal and its colonies, this record has assumed greater importance because of the patronage scheme to transform the church hierarchy in the state bureaucracy provided the parish books record the dual status of religious and civil. Referring to slavery, like a deed, the baptism ensured ownership of the captive owner. Our paper seeks to analyze the baptisms of children of slaves at two sites focused on subsistence production for the period 1850-1888: Mariana, belonging to the Minas Gerais province and Guarapuava belonging to the Paraná province. The period focused refers to a moment of transition from slave to free labor system. The termination of international traffic in slaves and the Land Law (both 1850), the freedom given to the children of slaves (born after the enactment of Law 1871) and to slaves over 60 years (1885) and Law of Lease Services (1879), were events of a transitional process that occurred gradually, whose corollary would be the abolition of slavery. From 1850 to 1871, the lords had in the internal trafficking and natural reproduction in the hope of perpetuating the regime, but after the Rio Branco Law, the second possibility was "theoretically" eliminated the belly of slave and free, since 1888, with the Golden Law, no slave labor is illegal.

* Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná e professor do curso de Economia da Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO – Paraná.

** Doutora em História Econômica pela Universidade de São Paulo e professora do curso de História da UNI-BH – Centro Universitário de Belo Horizonte.

ECONOMIA E ESCRAVIDÃO: BATISMOS DE CRIANÇAS ESCRAVAS E INGÊNUAS – UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE AS LOCALIDADES DE MARIANA (MINAS GERAIS) E GUARAPUAVA (PARANÁ) NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

Fernando Franco Netto^{*}
Heloísa Maria Teixeira^{**}

Introdução

A imposição do batizado ao recém-nascido tornou-se prática corrente no mundo católico a partir do século XVI, como resposta ao avanço das religiões protestantes na Europa. Em Portugal e suas colônias, esse registro assumiu grande importância, pois o regime do padroado ao transformar a hierarquia eclesiástica em burocracia do Estado facultava aos livros paroquiais o duplo *status* de registro religioso e civil. Remetendo-nos à escravidão, tal qual uma escritura pública, o batismo assegurava a propriedade do cativo ao proprietário.

Nosso texto pretende analisar os batismos de crianças filhas de escravos em duas localidades voltadas para a produção de subsistência durante o período 1850-1888: Mariana, pertencente à província de Minas Gerais e Guarapuava, pertencente à Província do Paraná.

O período focado refere-se a um momento de transição do sistema escravista para o sistema livre de trabalho. A cessação do tráfico internacional de escravos e a Lei de Terras (ambos de 1850), a liberdade concedida aos filhos de escravas (nascidos após a promulgação da lei de 1871) e aos escravos com mais de 60 anos (1885) e a Lei de Locação de Serviços (1879), foram acontecimentos de um processo de transição que ocorria de forma gradativa, cujo corolário seria a abolição da escravatura. De 1850 a 1871, os senhores tinham no tráfico interno e na reprodução natural a esperança de perpetuação do regime, mas, depois da Lei Rio Branco, a segunda possibilidade foi “teoricamente” eliminada pelo ventre livre das escravas e, a partir de 1888, com a Lei Áurea, qualquer trabalho escravo passa a ser ilegal.

^{*} Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná e professor do curso de Economia da Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO – Paraná.

^{**} Doutora em História Econômica pela Universidade de São Paulo e professora do curso de História da UNI-BH – Centro Universitário de Belo Horizonte.

1. Mariana e Guarapuava: perfis econômicos na segunda metade do século XIX

1.1 Mariana

Variadas fontes conduzem-nos para a constatação da diversificação das atividades produtivas em Mariana. Inventários *post-mortem*, relatórios dos presidentes de província, mapas econômicos e documentos da Câmara descrevem o mosaico econômico de Mariana composto de atividades agrícolas, criação de animais (sobretudo bovinos e suínos), produção de derivados da cana, beneficiamento do algodão e da lã, mineração, siderurgia.

Pelo relatório de província do ano de 1854, o município de Mariana destaca-se pelas atividades de agricultura e mineração. Segundo essa fonte, na localidade de Mariana existiam 313 fazendas, 307 engenhos de cana, 14 engenhos de socar formação aurífera, 11 fábricas de ferro, uma fábrica de cera branca, 19 engenhos de serrar madeiras, uma fábrica de louça branca e uma fábrica de chá¹. Além disso, há referências à fabricação de cangalhas e de painéis de pedra.

Na obra *A província brasileira de Minas Gerais*, do ano de 1862, o engenheiro alemão Henrique Halfeld e o naturalista suíço Johann von Tschudi descreveram o município de Mariana como “formado em parte por montanhas, em parte por campos, passando a matas. Tem mineração, pecuária e agricultura”, sendo o feijão bastante cultivado e o arroz plantado em todos os lugares onde o clima e o solo permitiam (HALFELD & TSCHUDI, 1998, p. 112). Os estudiosos levantaram ainda a fabricação de louça, fabricação de ferro, a apicultura e a selaria (HALFELD & TSCHUDI, 1998, p. 142-143).

O relatório da província de 1871 descreveu Mariana como produtora de milho, feijão, arroz, cana e café e criadora de gado suíno².

A sua indústria é pequena e cifra-se em tecidos de algodão, para consumo particular; em fábricas de fazer painéis de pedra, na freguesia de Cachoeira do Brumado; e em diversas fábricas de ferro, que, além do que exportam para fora do município, importam para o mercado da cidade, por ano, oito mil arrobas de ferro. Existem 12 a 15 retiros, e sua produção anual não é pequena. Cuida-se da criação do gado cavalariço, muar e vacum, e conta-se do cavalariço 400 cabeças, do muar 500 e do vacum 1.500. Na freguesia da cidade existem duas companhias inglesas de mineração uma no Morro de

¹ Relatório que o presidente Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos apresentou ao desembargador José Lopes da Silva Vianna, 4º vice-presidente da província de Minas Gerais, ao passar-lhe a administração, 1854.

² Relatório apresentado à assembleia legislativa da província de Minas Gerais na sessão extraordinária de 03 de março de 1871, p.112.

Santana e outra na Passagem. Nessas duas companhias empregam-se 1.300 pessoas, sendo 500 livres e 800 escravos³.

Os inventários arrolados para toda a segunda metade do século XIX corroboram a idéia de diversificação econômica que tinha na produção de subsistência a condição para sua continuidade. Embora tenhamos indícios da participação de Mariana no fornecimento de gêneros alimentícios para outras regiões – incluindo o Rio de Janeiro –, não podemos aferir seu potencial mercantil, mas a disseminação das roças – sendo os gêneros mais cultivados milho, feijão, café e cana-de-açúcar –, das criações de animais e dos engenhos permite-nos sugerir o caráter auto-suficiente dessa localidade⁴.

Normalmente, os inventários não nos permitem calcular a produção nem saber qual seu destino – consumo próprio ou mercado. Não era habitual a descrição da produção, havendo apenas as descrições “um milharal”, “um arrozal”, “uma roça de feijão”. Mas, através dos tamanhos de propriedades e de alguns inventários que possuem informações mais detalhadas sobre a produção, podemos averiguar a presença de dois tipos de propriedades: aquelas para as quais a produção agrícola era apenas suficiente para abastecer a família e a mão-de-obra e aquelas com excedente de produção a ser comercializado. Para exemplificar o primeiro caso, citamos o inventário de Antônio de Paula e Silva⁵, datado de 1881, no qual o inventariado foi descrito como possuidor de 16 alqueires de terra, 8 muares, 9 bovinos, 1 escravo e 1 torno de confecção de panelas de pedra. Possivelmente, a família de Antônio de Paula utilizava esse terreno no cultivo de gêneros alimentícios para consumo próprio, de seu escravo e de seus animais. Um mínimo de excedente deve ter se originado quando da produção de leite ou do abate de algum animal. Este excedente provavelmente era trocado por mercadorias necessárias à sobrevivência de sua família e não produzidas por eles. Outra forma de obtenção dessas mercadorias seria através da comercialização de utensílios domésticos confeccionados em pedra-sabão. A presença dos muares sugere que esses utensílios eram comercializados em várias localidades. Talvez venham daí os maiores recursos a serem utilizados na sobrevivência desta família.

³ Relatório apresentado à assembléia legislativa da província de Minas Gerais na sessão extraordinária de 03 de março de 1871, p.112.

⁴ Uma demonstração do comércio das freguesias marianenses com outras localidades foi dada pelo relatório do presidente da província do ano de 1854, que calculou em 5 mil arrobas a exportação anual de toucinho para o Espírito Santo, Campos, Ouro Preto e para a sede do município de Mariana, a freguesia da Sé. Para os mesmos lugares são igualmente enviados os produtos da cana (Relatório que ao ilustríssimo e excelentíssimo sr. desembargador José Lopes da Silva Vianna apresentou ao passar a administração da província para o presidente Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos. Ouro Preto, Typ. do Bom Senso, 1854).

⁵ Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, I Ofício, códice 11, auto 387.

O segundo caso pode ser exemplificado pelo inventário de Ana Clara Linhares, residente na freguesia de Paulo Moreira e possuidora de 54 escravos. No ano de 1887, a produção anual de sua propriedade foi calculada em 500 barris de aguardente, 100 alqueires de feijão, 450 arrobas de açúcar, 1 canavial pronto para moer, 200 alqueires de arroz, 100 carros de açúcar, 200 alqueires de arroz, 100 carros de milho, 78 cabeças de porcos, 95 de bois, 11 cavalos e 9 muares. Relatando a produção em conjunto dos anos de 1885 e 1886, o inventário revela 150 arrobas de café, 513 barris de aguardente, 397 alqueires de arroz, 270 arrobas de açúcar, 377 alqueires de feijão, 200 alqueires de milho, 100 cabeças de porcos. Esta produção é representativa de uma propriedade criadora de excedente a ser comercializado em outras praças. No mesmo inventário, há indícios da ligação dessa propriedade com o Rio de Janeiro quando os herdeiros da senhora Ana Clara Linhares reclamavam a sonegação de alguns bens do espólio da finada citando envolvimento com negociante da Corte (*“afora os carretos e os acertos com negociante da Corte”*)⁶. Dificilmente em outra propriedade haveria tão grande produção. A acima referida foi a maior proprietária de terras encontrada em nossa amostragem (514,5 alqueires).

1.2 Guarapuava

As regiões denominadas de Campos de Guarapuava e de Palmas foram desbravadas com a intenção de defesa territorial contra a possível expansão espanhola. Além disso, tiveram como fundamento a política da metrópole de praticar em sua totalidade o processo mercantilista de conquistas dada a importância da colônia para Portugal quanto a sua política de manter o poder econômico em função da crescente expansão dos ingleses no mercado internacional. Não devemos esquecer que a conquista dos Campos de Guarapuava também fazem parte de toda uma transformação que se estava operando internamente na 5ª comarca de São Paulo. Com a decadência da atividade aurífera, o planalto se transforma em ponto de parada para agricultores, tropeiros e fazendeiros.

A economia guarapuavana, além de ser um prolongamento da atividade de subsistência e da pecuária do Paraná, onde “a população emprega-se quasi geralmente na criação do gado vaccum e em menor escala na do lanígero e muar, constituindo com o preparo da herva mate os unicos objectos de comercio do lugar”⁷, induz questões mais complexas

⁶ Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, I Ofício, Códice 32, auto 766, página 66.

⁷ Relatório do Presidente da Província do Paraná, 1870.

quanto à sua evolução e capacidade de desenvolvimento próprios. Praticamente era uma economia dependente não só das regiões exportadoras e mais evoluídas, como intermediária das atividades desenvolvidas pela economia do Rio Grande do Sul, especificamente o tropeirismo que, num determinado período, foi a alavanca da economia regional. A preocupação maior estava relacionada com a exploração intensiva de suas terras com o intuito de invernares as tropas provenientes do extremo sul do país. Nesse momento não se criaram as condições internas de estímulo à melhoria do gado e da utilização da terra, tanto que as necessidades básicas da região se resumiam na melhoria das vias de comunicação, e na concessão de terras através de posses; esses fatores iriam promover a rápida decadência da atividade da pecuária a partir da introdução dos meios pelos quais a economia brasileira iria se inserir no sistema capitalista em sua plenitude, fatores como a introdução das estradas de ferro, a navegação interior, as melhorias das comunicações e, finalmente, as inovações técnicas.

Em 1859, apesar de o Presidente da Província reclamar da situação da indústria e do comércio da Província do Paraná, bem como da agricultura, muito influenciada pela falta de braços e pelas más condições das vias de transporte, o presidente informa que na Província existiam aproximadamente 227.922 cabeças de gado, sendo que 112.880 delas estavam em Guarapuava e Palmas, o que representava 49,5% de todo o gado do Paraná. Além disso, o número de fazendas dedicadas à criação era de 156, das quais 72 (46,1%) se encontravam nessas duas áreas. A criação de animais era tão fundamental na Província que o orçamento realizado no ano de 1858 demonstra que a atividade relacionada com a comercialização de animais foi muito importante para seu desenvolvimento, pois apenas o “imposto sobre animais” e a “renda das barreiras” participavam com 69,3% do total arrecadado.⁸

Da mesma forma, o Relatório apresentado à Câmara Municipal de Guarapuava em outubro de 1859 mostra que a indústria e o comércio do município consistem, à época, na criação e exportação de animais para outros pontos. Além disso, “é bastante importante o comércio de animais que da província do Rio Grande importa-se pela estrada que passa por esta vila”.⁹

Em 1862, a Câmara Municipal de Guarapuava apresentou, em relatório, o quadro geral do município, que, ao avaliar a situação do comércio e da indústria, apresenta os principais ramos de negócios da localidade, que consistem “nas vendas de gado vaccum, cavallar e

⁸ Relatório do Presidente da Província do Paraná. Francisco Liberato de Mattos, 07 de janeiro de 1859. Curitiba, Typographia Paranaense de Candido Martins Lopes.

⁹ Relatório da Câmara Municipal de Guarapuava em 31 de outubro de 1859. Livro de Registro de Expediente da Câmara Municipal de Guarapuava, p. 59-62.

muar, e bem assim as fazendas seccas e molhadas”.¹⁰ Ao mesmo tempo, apresenta um quadro descrevendo os produtos de exportação, que eram os “bois, cavallos mansos, poltros, éguas e mullas, (...) e exporta-se desse município para a província do Rio Grande, herva matte, fumo, assucar, aguardente e algumas fazendas”.¹¹

Portanto, percebe-se algumas importantes diferenças entre as localidades estudadas com relação aos seus aspectos econômicos, visto ao maior dinamismo apresentado pela localidade de Mariana em comparação com Guarapuava representado pelos número de estabelecimentos nas atividades tanto de criação, como naquelas voltadas para a pequena transformação de matéria prima, bem como nas atividades comerciais e de lavoura de alimentos. Tais diferenças serão importantes ao analisarmos os números absolutos de registro de batismos de escravos e de ingênuos.

2. Crianças escravas e ingênuas –Mariana e Guarapuava

O levantamento dos inventários *post-mortem* que continham escravos lavrados no I e II Ofícios do arquivo da Casa Setecentista de Mariana revelou-nos um total de 6.283 indivíduos, dos quais 1.607 eram escravos com menos de 15 anos e 238 eram ingênuos¹². Somando as crianças escravas e ingênuas, percebe-se que juntas representavam 29,4% da escravaria marianense no período de 1850-1888 (Tabela 1)¹³. Separando por segmento social, as crianças escravas correspondiam a 25,6% do total da população escrava, enquanto os ingênuos eram apenas 3,8%¹⁴. Observando por década, nota-se que a porcentagem de crianças escravas diminui à medida que avançavam os decênios. Para as duas últimas décadas, a diminuição da porcentagem de crianças escravas na população cativa deve-se ao ventre livre das escravas. Pela Tabela 1 vemos que os ingênuos representavam 6,2% do total da população das escravarias marianenses na década de 1870. Nos anos 1880, a porcentagem dos filhos livres das escravas atinge 16,9% em relação ao total da população descrita entre os bens dos

¹⁰ Relatório da Câmara Municipal de Guarapuava em 08 de janeiro de 1862. Livro de Registro de Expediente da Câmara Municipal de Guarapuava, p. 83-87.

¹¹ *Ibid.*

¹² Os inventários *post-mortem* foram coletados para compor a fonte principal do nosso mestrado que visava analisar famílias escravas em Mariana e também compôs parte das fontes documentais do doutorado quando pesquisamos o trabalho infantil nesta localidade.

¹³ Carla Maria Carvalho de Almeida estudando inventários para Mariana no período de 1750-1850 percebeu que a participação de crianças escravas aumentava conforme avançava o tempo. Elas eram 20,9% no período de 1750-1770; 22,3% no período 1780-1810 e 29,4% no período 1820-1850 (ALMEIDA, 2004, p.128).

¹⁴ Garavazo encontrou 142 ingênuos descritos nos inventários de Batatais, número que correspondia à porcentagem de 8,7% da amostragem de 1.623 escravos (GARAVAZO, 2006, capítulo 3, p.136).

inventários. Nesse momento, as crianças escravas quase que desaparecem das escravarias, sendo a porcentagem em relação à população total igual a 5,8%.

A Tabela 1 revela ainda que, considerando escravos e ingênuos em conjunto, a diminuição porcentual de crianças só acontece realmente no período de 1880 a 1888, já que, no decênio anterior, somando infantes escravos e ingênuos, temos a maior porcentagem de crianças nas posses escravas.

Tabela 1 - Participação das crianças (0-14 anos) na população escrava – Mariana (1850-1888)

Décadas	População total	Crianças		Total
		Escravas	Ingênuas	
1850-1859	2.155	657 (30,5%)	-	657 (30,5%)
1860-1869	1.656	465 (28,1%)	-	465 (28,1%)
1870-1879	1.673	439 (26,2%)	103 (6,2%)	542 (32,4%)
1880-1888	799	46 (5,8%)	135 (16,9%)	181 (22,7%)
Total	6.283	1.607 (25,6%)	238 (3,8%)	1.845 (29,4%)

Fonte: Inventários *post-mortem* - Arquivo da Casa Setecentista de Mariana.

O contingente infantil dividido segundo gênero e faixa etária revela, tanto para o escravo quanto para o ingênuo, predomínio dos meninos nas posses escravas marianenses (Tabelas 2 e 3). Na Tabela 2, os meninos representavam 51,9% do total de crianças escravas. A superioridade masculina era vista nas faixas etárias 5-9 anos e 10-14 anos, sendo as meninas maioria na faixa etária 0-4 anos. A participação das crianças nas escravarias crescia à medida que as faixas etárias elevavam-se. As explicações para tal situação, talvez, estejam indicadas nas cartas de alforria (que privilegiavam os mais novos); nas escrituras de compra e venda de escravos (em Mariana, estar-se-iam adquirindo escravos, sobretudo do sexo masculino, com idades variando entre 5 e 14 anos); e, para o período posterior a lei de 1871, ao ventre livre das escravas.

Tabela 2 – Crianças cativas nos inventários de Mariana – segundo gênero e faixas etárias (1850-1888)

Faixas etárias	Sexo				Razão de Sexo	Total	
	Masculino		Feminino			n° abs.	%
	n° abs.	%	n° abs.	%			
0 a 4 anos	218	13,6	219	13,6	99	437	27,2
5 a 9 anos	279	17,4	252	15,7	110	531	33,1
10 a 14 anos	306	19,0	278	17,3	110	584	36,3
Sem informação	31	1,9	24	1,5	129	55	3,4
Total	834	51,9	773	48,1	108	1.607	100

Fonte: Inventários *post-mortem* - Arquivo da Casa Setecentista de Mariana.

Obs: Os percentuais igualam-se a 100% na soma de ambos os sexos e na última coluna.

Tabela 3 – Crianças ingênuas nos inventários de Mariana segundo sexo e faixas etárias (1872-1887)

Faixas etárias	Sexo				Total	
	Masculino		Feminino		n° abs.	%
	n° abs.	%	n° abs.	%		
0 a 4 anos	61	25,6	60	25,2	121	50,8
5 a 9 anos	35	14,7	17	7,2	52	21,9
10-14 anos	7	2,9	7	2,9	14	5,8
Sem informações etárias	23	9,7	13	5,5	36	15,2
Sem informações etárias e sexuais	-	-	-	-	15	6,3
Total	126	52,9	97	40,8	238	100

Fonte: Inventários *post-mortem* - Arquivo da Casa Setecentista de Mariana.

Também entre os ingênuos, os meninos eram maioria. No total, são 126 meninos (52,9%) e 97 meninas (40,8%). Para 15 crianças, não houve descrição sexual sendo a designação “ingênuo” a única informação descrita. O número de crianças ingênuas com idade inferior aos 10 anos é bastante superior aos ingênuos com mais idade. Isso é justificado pelo fato de os ingênuos surgirem apenas no final do ano de 1871, o que significa dizer que somente em 1879 teríamos os primeiros ingênuos a atingir 8 anos. O número de ingênuos sem descrição de idade foi bastante significativo, possivelmente, a distribuição etária teria um perfil menos desequilibrado, caso conhecêssemos a idade dos 47 ingênuos sem idade conhecida.

No caso de Guarapuava – Quadro 1, e a partir dos dados levantados através dos inventários, o total de crianças na faixa etária 0 a 14 anos, considerando o período de 1850 à 1880, a questão dos sexos apresenta-se com uma configuração bastante próxima ao de Mariana, predominando os homens nos plantéis.

Percebe-se no comparativo entre as duas localidades, observando a tabela 1 e o quadro 2, um percentual equivalente na participação das crianças nos plantéis, principalmente nos períodos 1860/1869 e 1870/1879, diferenciando-se de forma importante no período 1850/1859, pois a localidade de Guarapuava tinha uma participação de crianças bem superior ao de Mariana, provavelmente reflexo da estrutura de posse das escravarias consequência de um maior número de crioulos nos plantéis de Guarapuava o que não ocorria com a localidade de Mariana, apresentando um percentual importante de africanos nos plantéis. Resumindo, o maior equilíbrio entre os sexos nos plantéis de Guarapuava sugere uma maior participação de crianças.

Quadro 1 - Participação dos escravos por faixa etária - Guarapuava – Século XIX

Faixa Etária	1850/59		1860/69		1870/80	
	H	M	H	M	H	M

0-14	57,1%	42,9%	41,7%	58,3%	50,0%	50,0%
15-40	66,7%	33,3%	77,8%	22,2%	56,0%	44,0%
41-55	50,0%	50,0%	62,5%	37,5%	73,3%	26,7%
Acima de 55	100,0%		100,0%		83,3%	16,7%

Fonte: Processos de Inventário. Cartório da 1º Vara Cível – Guarapuava, Pr.

Através da análise da tabela 17 constatamos a distribuição da população escrava, segundo três grandes grupos de idade. A concentração da população escrava, em termos de idade, estava baseada na faixa etária entre 15-50 anos para todos os períodos selecionados. A população escrava, a partir da análise dos inventários se mostra extremamente jovem. Cabe ressaltar que, para a faixa etária entre 0-14 anos, o percentual decresce a partir da década de 60, em detrimento da participação dos escravos com idade produtiva. Esse grupo ganhou 26 pontos percentuais na década de 1860, decaindo 6 pontos na década seguinte, mas, mesmo assim, mantendo a predominância quanto a sua participação na distribuição por idade em Guarapuava.

Quadro 2 - Distribuição da população escrava em Guarapuava – século XIX

Faixa Etária	1850/59	1860/69	1870/80
0-14	46,7%	25,0%	23,3%
15-50	46,7%	72,9%	66,7%
Acima de 50	6,6%	2,1%	10,0%

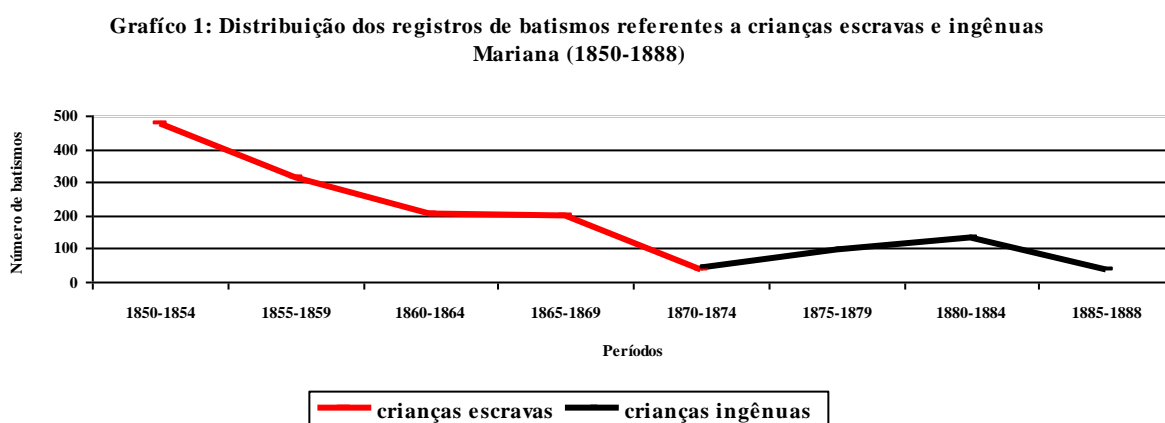
Fonte: Processos de Inventário. Cartório da 1º Vara Cível – Guarapuava, Pr.

A maior parte da população escrava, apresentada pelos inventários arrolados, é de origem crioula e de outras localidades da província. A população africana, na média, não chega a 9% da população cativa na região, considerando os períodos analisados. Através de levantamento efetuado em 1872 da população total escrava em Guarapuava, 91,4% era de origem brasileira, sendo 77,2% de Guarapuava, portanto, sobravam menos de 9% entre africanos e de origem desconhecida. Se verificarmos pelo menos três grandes proprietários em épocas diferentes na região de Guarapuava e incluídos no estudo dos inventários, podemos confirmar as estatísticas acima desenvolvidas e trabalhadas como verdadeiras e perfeitamente compatíveis com os levantamentos efetuados.

3. Os registros batismais em Mariana e Guarapuava

Os assentos de batismos de crianças filhas de escravos constituem a fonte principal desta pesquisa. Os referentes a Mariana correspondem a um total de 1.529 batismos, sendo 1.226 relativos a crianças escravas e 303 a crianças ingênuas.

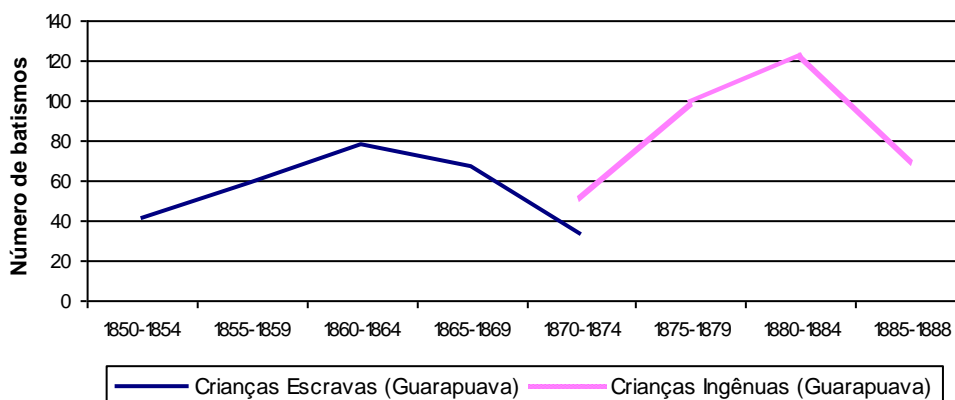
Distribuindo os batismos no período analisado, chegamos ao Gráfico 1 – subdividido em períodos de quatro anos. Ele descreve o decréscimo do número de batismos de crianças escravas a partir da década de 1850, atingindo uma estabilidade em meados da década de 1860, voltando ao movimento decrescente até inexistir depois de setembro de 1871, quando é proclamada a Lei do Ventre Livre. A partir de então, os filhos das escravas passam à condição de livres, recebendo a denominação de ingênuos. Cresce, portanto, o número de batismos dos filhos livres das escravas até os anos iniciais da década de 1880, quando caem vertiginosamente, até o ano de 1888, quando já não há mais registros.



Fonte: Inventários *post-mortem* - Arquivo da Casa Setecentista de Mariana.

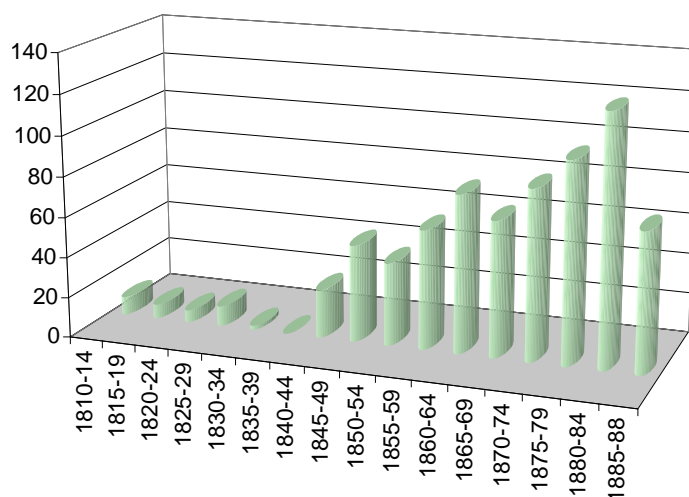
Entre os anos de 1850 e 1888, temos o registro de 726 batismos de escravos. Desses, 356 são do sexo feminino e 370 do sexo masculino, o que nos dá uma razão de sexo de 104, demonstrando, assim, equilíbrio entre os sexos. Esse indicador é fundamental para entendermos a distribuição por sexo entre os recém-nascidos, pois normalmente tende ao equilíbrio, e isso é fato ao considerarmos os registros de batismos para Guarapuava

Gráfico 2: Distribuição dos registros de batismos referente a crianças escravas e ingênuas (1850-1888)



A distribuição por faixas de ano, considerando intervalos quinquenais, é fortemente marcada pelo crescimento dos batismos de escravos a partir do intervalo 1840/1844 (gráfico 30). Podemos inferir que, de alguma forma, o mercado de escravos poderia estar influenciando nesses números, visto que o mesmo estava enfrentando crises de oferta permanente em função das leis que procuravam estancar o tráfico de escravos e de movimentações internas de compra e venda para áreas agroexportadoras, bem como para atender a produção crescente dos cafezais no Sudeste.

Gráfico 3 - Batismos de escravos e ingênuos por quinquênio Guarapuava 1810 - 1888



Fonte: Livro de Assento de Batismo de escravos – Paróquia Nossa Senhora de Belém – Guarapuava.

Percebe-se que na primeira metade do século XIX o número de batismos é muito inferior ao apresentado a partir da segunda metade. Não podemos apenas inferir que a

causa disso é o pequeno número de escravos adultos que estavam chegando na região naquele momento. Esse é um dos fatores que poderiam estar influenciando nos nascimentos de escravos e conseqüentemente nos registros de batismo, mas outros fatores não podem ser descartados em nossa análise, como os efeitos do mercado de escravos, principalmente a partir da segunda metade do XIX, que influencia em muito as aquisições de escravos por parte de seus proprietários, fortalecendo, assim, tanto as possibilidades de formação de famílias escravas como de reprodução endógena de sua população.

Ao verificarmos os dados apresentados nos gráficos representando os valores e a trajetória nos registros de batismos de escravos e ingênuos, algumas hipóteses podem ser levantadas em função dos resultados apresentados, pois em Mariana a redução no número de batismos é permanente no período 1850/1870, enquanto que em Guarapuava percebe-se crescimento no número de batismos no período 1850/1860 e redução no período seguinte 1861/1870. Ao analisarmos a trajetória considerando os ingênuos apesar do crescimento em Mariana no período seguinte, parece não ter sido tão forte como aquele apresentado pela localidade de Guarapuava.

Esses dados inferem algumas questões como: 1) o ritmo de batismos em Mariana se reduz em função de uma política mais intensa com relação as alforrias concedidas aos cativos; 2) em Guarapuava os proprietários de escravos resistiam com mais intensidade a idéia de liberdade aos seus escravos.

4. Legitimidade dos escravos

Como tipologia para o trabalho, as famílias poderiam ser caracterizadas como legítimas, ou seja, os pais tinham as bênçãos da Igreja; matrifocais, quando aparece somente o registro da mãe, e consensual, quando o casal estava unido sem a sanção da Igreja. Assim, analisamos os registros de batismos com o intuito de levantar o grau de ilegitimidade considerando três períodos distintos, conforme pode ser visualizado na tabela abaixo.

Tabela 4. Números absolutos e porcentual de legitimidade dos batizados – Guarapuava (1810-1888)

Condição da criança	Período			Total
	1810-1849	1850-1870	1871-1888	

	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Natural	79	74,5%	219	83,3%	336	94,1%	634	87,3%
Legítimo	27	25,5%	44	16,7%	21	5,9%	92	12,7%
Total	106	100,0%	263	100,0%	357	100,0%	726	100,0%

Fonte: Livro de Assento de Batismo de Escravos – Paróquia Nossa Senhora de Belém de Guarapuava.

A tabela 4 demonstra que o índice de ilegitimidade foi bastante elevado para Guarapuava em todos os períodos. Entretanto, observa-se que o comportamento nos períodos foi diferente. Enquanto no intervalo 1810/1849 o índice de ilegitimidade ficou em 74,5%, no período 1871/1888 foi de 94,1%. 92 registros de batismos aparecem com o nome dos progenitores, determinando, assim, a constituição de famílias nucleares, ou seja, constituídas por pai e mãe. Entretanto, a grande maioria dos batismos mostra que as famílias eram constituídas por relações matrifocais. Apenas três registros não possuem referência aos pais, ou seja, não aparece o registro do nome nem do pai nem da mãe. Isso quer dizer que, das 726 crianças batizadas, 86,9% podem ser classificadas como ilegítimas ou naturais. Como o casamento de escravos em Guarapuava foi bastante reduzido, esse indicador de legitimidade corrobora de uma certa forma a tendência a poucas uniões na localidade. Porém, o percentual de ilegitimidade apresentado nos períodos não deixa de ser interessante, haja vista que o indicador mostra crescimento constante durante o intervalo estudado.

Estudando os escravos na Freguesia de Inhaúma, no Rio de Janeiro, José Roberto Góes, na primeira metade do século XIX, chegou a um índice de ilegitimidade de 79,3%, assegurando que “a variação do índice de legitimidade das crianças batizadas, indica que o batismo de crianças naturais sempre foi a regra. Entre 1821 e 1824, e no ano de 1828 os filhos de pais casados superou a barreira dos 30%” (GÓES, 1993, p. 62).

Entretanto, deve-se salientar que as escravarias em Inhaúma eram maiores que as de Guarapuava, de modo que a mesma taxa apresentada em Inhaúma e Guarapuava significa que o ambiente de Guarapuava era muito mais favorável à legitimidade do que o de Inhaúma. Enfim, a partir desses dados pode-se inferir que em Guarapuava parece que a ilegitimidade não era tão alta assim.

Estudando a sociedade colonial no período que compreende os anos de 1550/1835 na Bahia, Schwartz também analisa o índice de ilegitimidade de crianças escravas em paróquias do recôncavo entre os anos de 1723-1816, observando que esse índice, para a

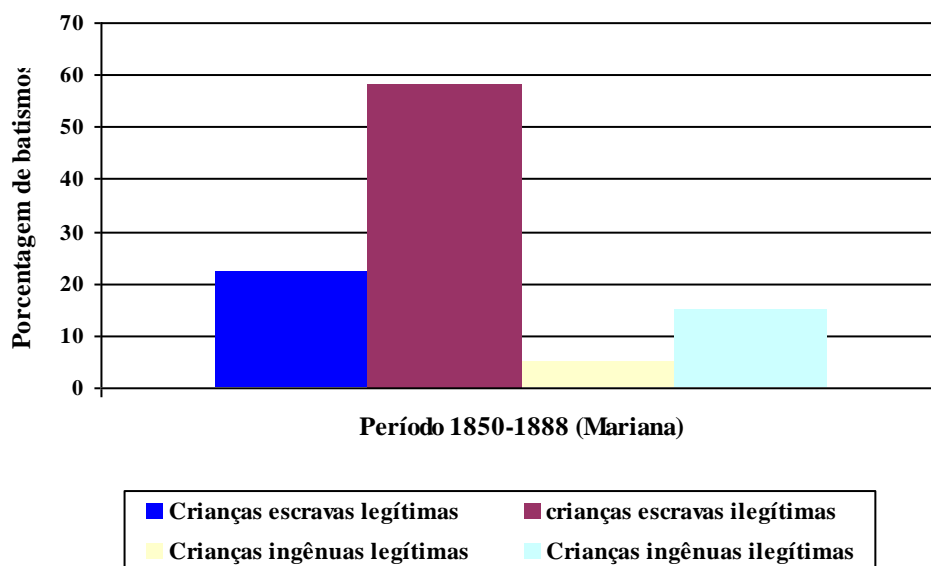
população escrava, era bastante elevado se comparado com a população dos livres e conclui que “o casamento formal na Igreja não era comum entre os escravos, o que não significa que eles não tivessem família ou que o parentesco não fosse importante em suas vidas” (SCHWARTZ, 1998, p. 317-318).

Um outro estudo que aborda taxas de ilegitimidade foi produzido por Slenes ao pesquisar a família escrava em Campinas no século XIX. Analisando o censo geral do ano de 1872, o autor sugere que os índices de ilegitimidade estariam relacionados com o tamanho da posse, pois os plantéis com 1 a 9 escravos tiveram indicador maior do que os plantéis com 10 ou mais escravos (SLENES, 1999, p.101-103).

Motta, ao pesquisar a vida dos escravos de Bananal nas primeiras décadas do século XIX, observou que os índices de ilegitimidade foram menores do que o indicador de legitimidade para as crianças cativas. A partir disso, ele sugere que a evolução da família escrava, bem como a vida familiar dos cativos, melhorou no período. Quanto a relação entre o tamanho das posses e o índice de ilegitimidade, ele chega à mesma conclusão que Slenes, afirmando que “à medida que se eleva o tamanho dos plantéis, os filhos legítimos vão se fazendo cada vez mais presentes vis-à-vis os filhos naturais” (MOTTA, 1999, p.354-363).

A partir do gráfico 4 observa-se em Mariana um perfil diferente daquele apresentado na localidade de Guarapuava, visto que no período 1850/1888 o percentual de legitimidade na localidade mineira foi de 27,0%, enquanto que o percentual de filhos naturais ou ilegítimos foi de 73,0%, portanto, um indicador bem inferior ao apresentado pela localidade paranaense. Cabe ressaltar que devemos levar em consideração o tamanho do plantel em Mariana, que poderia estar influenciando nesses indicadores, pois sabe-se que o perfil das propriedades mineiras era de possuírem um tamanho de plantel superior aquela apresentada no Paraná.

Gráfico 4: Distribuição dos registros de batismos de acordo com a condição e a legitimidade - Mariana (1850-1888)



4. Considerações finais

Os registros de batismos dos escravos nas localidades de Mariana, em Minas Gerais e em Guarapuava, no Paraná, considerando a segunda metade do XIX, permitiram produzir algumas análises comparativas considerando as características dos batizados e das estratégias de seus pais e possíveis proprietários. A partir dessas análises, pudemos verificar o impacto que a dinâmica econômica apresentada pelas localidades estudadas produziu na demografia escrava, considerando a evolução dos registros de batismos no tempo e a legitimidade dos escravos e ingênuos.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, C.M.C.de. Demografia e laços de parentesco na população escrava mineira: Mariana 1750-1850. *População e família*. São Paulo: CEDHAL/USP, 1(1): 235-260, jan./jun., 1998.

GARAVAZO, J. Riqueza e escravidão no nordeste paulista: Batatais, 1851-1887. Dissertação

de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 2006.

GÓES, J.R. O cativo imperfeito: um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX”. Lineart, 1993. p. 62.

HALFELD, H.G.F e TSCHUDI, J.J.Von. A provincial brasileira de Minas Gerais. Tradução Myriam Ávila, Coleção Mineiriana, 1998.

LIMA, Lana Lage da Gama & VENÂNCIO, Renato Pinto. Alforria da criança escrava no Rio de Janeiro do século XIX. *Resgate*. Campinas: Unicamp, 2(1): 26-34. 1991.

_____. Abandono de crianças negras no Rio de Janeiro. In:PRIORE, Mary del (org). *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto,1991, p. 61-75.

MOTTA, J.F. Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829). São Paulo, Annablume, 1999.

MOTTA, José Flávio & VALENTIN, Agnaldo. De ventre livres nascidos: os batismos de ingênuos em Casa Branca e Iguape, província de São Paulo (1871-1885). *Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. ABEP, realizado em Caxambu-MG – Brasil, de 18 a 22 de setembro de 2006.

SCHWARTZ, S.B. Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. tradução Laura Teixeira Mota, São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

SLENES, R.W. Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999.